

# TRABALHO E EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL

## ELEMENTOS PARA REFLEXÃO

Leana Oliveira Freitas<sup>1</sup>

Gabrielle dos Santos<sup>2</sup>

**Resumo:** Este texto objetiva, nos marcos da teoria crítica, tratar da conexão entre trabalho e a funcionalidade da educação superior na reprodução da força de trabalho. Desta feita, retoma-se o sentido do trabalho como condição ontológica do ser social. Objetiva-se demarcar o caráter destrutivo do sistema sociometabólico do capital, que acaba por sujeitar o trabalho, a força de trabalho humana a uma condição de mercadoria passível de ser comercializada. Deste modo, empreende-se a análise da particularidade da educação superior no país, que tem seu desenvolvimento atrelado às exigências de expansão do capital o que acaba por reduzir os processos educativos a um limite muito estreito, funcional à reiteração da ordem vigente.

**Palavras-chave:** Trabalho. Sistema Sociometabólico do capital. Educação superior.

## WORK AND HIGHER EDUCATION IN BRAZIL

### ELEMENTS FOR REFLECTION

**Abstrat:** This text aims, in the framework of critical theory, to deal with the connection between work and the functionality of higher education in the reproduction of the workforce. This moment, the sense of work as an ontological condition of the social being is taken up again. It aims to demarcate the destructive character of the so-

---

<sup>1</sup> Assistente Social, doutora em Políticas Públicas pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA), professora Associada do Programa de Pós-Graduação em Política Social (Mestrado) e do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT).

<sup>2</sup> Assistente Social, mestranda do Programa de Pós-Graduação em Política Social da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT).

ciometabolic system of capital, which ends up subjecting labor, the human labor force to a condition of commodity that can be traded. In this way, the analysis of the particularity of higher education in the country is undertaken, which has its development linked to the demands of capital expansion, which ends up reducing educational processes to a very narrow limit, functional to the reiteration of the current order.

**Key words:** Job. Sociometabolic system of capital. Higher Education.

## **Introdução**

Este estudo propõe-se a refletir sobre o trabalho e sua relação com os processos educativos, de modo mais específico, com a educação superior, no contexto de desenvolvimento atual do sistema sócio-metabólico do capital e de sua crise estrutural.

Toma-se como referência metodológica neste estudo, o materialismo histórico dialético que se constitui, na sistematização, como teoria, em possibilidades de apreensão e transformação da realidade histórica no interior de sua processualidade determinada. O que é possível com base no próprio desenvolvimento histórico e não somente em nível abstrato. Trata-se de se aproximar do real por meio da reconstrução histórica que considera um conjunto complexo e dinâmico de relações sociais, em movimento constante.

Em Marx, a análise do conhecimento acumulado consiste em trazê-lo ao exame racional tornando conscientes os seus fundamentos, os seus condicionamentos e limitações – ao mesmo tempo em que se faz a verificação dos conteúdos desse conhecimento a partir dos processos históricos concretos (NETTO, 2011, p. 18).

Deste modo, tomar a relação trabalho e educação superior como objeto de estudo requer a apreensão das mediações e das múl-

tipas conexões que se estabelecem entre essas categorias. Remete, assim, à necessidade de aprofundar o debate no contexto do sistema metabólico do capital, que nas palavras de Antunes (2009, p. 21), opera a subordinação do trabalho humano ao capital.

Este artigo centra sua análise na configuração mais recente da educação superior no Brasil e o modo como as exigências de reprodução da força de trabalho sujeitam esse nível de ensino aos preceitos destrutivos do modo de produção capitalista em sua fase atual.

Considera-se, ainda, que a ofensiva burguesa dos anos 80 e 90 do século XX até os dias atuais operou-se em três direções/aspectos centrais, com inúmeros desdobramentos, quais sejam: a reestruturação produtiva, com mudanças nas condições gerais da luta de classes; a mundialização do capital, que implica alterações nas estratégias empresariais de busca de superlucros e na financeirização do capital; e na contra-reforma neoliberal, que atingiu os Estados nacionais tensionados pela dinâmica internacional e pela crise do pacto social dos anos de crescimento, marcados pela extensão dos direitos e políticas sociais e pelo compromisso fordista-keynesiano do pleno emprego. É necessário considerar que, na particularidade brasileira, esses processos ganharam contornos específicos, uma vez que não vivenciamos a expansão da sociedade salarial. Experimentamos no país a crise do Estado desenvolvimentista que ampliou o mercado interno de trabalho e consumo, sem chegar perto do pacto social-democrata e do pleno emprego.

A partir dos anos 70 do século XX, ascendem ao poder, em nível mundial, governos claramente identificados com a programática conservadora, que imprimiram sobre a lógica de atuação do Estado reformas ancoradas nos preceitos neoliberais que implicam em

garantir mais liberdade ao mercado e menos Estado social. Trata-se de uma contrarreforma, em curso desde então, em que há uma forte evocação do passado, com o resgate extemporâneo do receituário liberal, adquirindo maior ou menor profundidade a depender das escolhas políticas dos governos em sua relação com as classes em cada espaço nacional.

As políticas neoliberais comportam orientações que se combinam, tendo em vista a inserção do país na dinâmica do capitalismo contemporâneo, marcada pela busca da rentabilidade do capital por meio da reestruturação produtiva e da mundialização do capital. Nesse sentido, os Estados nacionais têm dificuldade em desenvolver políticas industriais restringindo-se a garantir a atratividade às inversões do capital estrangeiro, cobrir custos de algumas infra-estruturas, aplicar incentivos fiscais e institucionalizar processos de liberalização e desregulamentação em nome da competitividade. Destacam-se em especial processos de privatização que reduzem as dimensões do setor público a título de desoneração dando “guarida” aos investidores estrangeiros, o que, no Brasil inicia-se a partir dos anos de 1990, expressos na contrarreforma do Estado que, nos dias atuais, alcançam todas as dimensões econômicas.

Diante dessa contextualização inicial, o texto em tela estrutura-se em três seções, assim divididas: a primeira busca assinalar o caráter ontológico do trabalho; em um segundo momento evidencia-se as características do sistema de metabolismo social do capital e, por fim, analisa-se a particularidade da educação superior no Brasil, sobretudo pós anos de 1980, momento que marca o processo de introdução do receituário neoliberal no país.

## 1 O trabalho como condição ontológica do ser social

A direção teórica assumida por este estudo coloca um pressuposto fundamental: o trabalho humano, sendo a atividade que realiza a mediação entre o homem e a natureza, na qual o homem age conscientemente unindo sua capacidade intelectual e manual modificando e interagindo com seu entorno, constitui-se fator absoluto do processo de produção e reprodução da vida em sociedade. Tal premissa, ancorada na perspectiva analítica marxista e *lukácsiana* atribui a essa categoria um lugar de centralidade indiscutível na produção e reprodução da vida material, do ser social. Desse modo,

(...) todas as outras categorias desta forma de ser têm já, essencialmente, um caráter social; suas propriedades e seus modos de operar somente se desdobram no ser social já constituído; quaisquer manifestações delas, ainda que sejam muito primitivas, pressupõem o salto como já acontecido. Somente o trabalho tem, como sua essência ontológica, um claro caráter intermediário: ele é, essencialmente, uma interrelação entre homem (sociedade) e natureza, tanto inorgânica (utensílio, matéria-prima, objeto do trabalho, etc.) como orgânica, interrelação que pode até estar situada em pontos determinados da série a que nos referimos, mas antes de mais nada assinala a passagem, no homem que trabalha, do ser meramente biológico ao ser social. (Lukács, 1986, p. 02)

Sendo assim, o trabalho pode ser considerado o fenômeno originário, o modelo do ser social (Lukács, 1986), uma vez que a elucidação das suas determinações resultará num quadro preciso dos elementos essenciais que compõem o complexo do ser social. Desse modo, anuncia-se a categoria ontológica central do trabalho: por meio dele realiza-se, no âmbito do ser material uma posição teleológica que origina a uma nova objetividade. O trabalho se torna o

modelo orientador de toda práxis social, na qual, com efeito, mesmo que através de mediações às vezes muito complexas, sempre são transformadas em realidade posições teleológicas, em termos que, em última análise, são materiais (*Idem*, p. 04). O processo teleológico constitui-se na capacidade do ser social agir conscientemente estabelecendo uma finalidade para sua ação.

Em consequência, conceber teleologicamente a natureza e a história implica não somente em que estas têm um fim, estão voltadas para um objetivo, mas também que a sua existência e o seu movimento no conjunto e nos detalhes devem ter um autor consciente. (p. 05)

Essas notas objetivam aclarar a base na qual se sustenta as análises sobre a categoria trabalho apresentadas neste estudo.

## **2 O sistema sociometabólico do capital**

Meszáros (1999) afirma que somente nos últimos séculos de desenvolvimento o capital pôde se consolidar como um “sistema social global”, através da produção generalizada de mercadorias, da degradação dos seres humanos à condição restrita de “custos de produção” e “força de trabalho necessária”, tratando o trabalho humano vivo estritamente como mercadoria comercializável, sujeita, portanto, às determinantes das exigências tão próprias da compulsão econômica. Complementa este pressuposto aquilo que o autor designou de taxa de utilização decrescente de mercadorias, altamente pertinente ao se pensar no caráter volátil da produção e das necessidades *superficiais* de consumo, socialmente produzidas, no mundo atual.

A taxa de utilização decrescente está intimamente relacionada aos imperativos de expansão global do capital. Constituiu-se, nas palavras de Mészáros (2002), no modo com que o sistema do capital reduz a vida útil das mercadorias e agiliza, assim, o ciclo da produção e reprodução. Isso significa dizer que há um aprofundamento da separação entre a produção voltada apenas para o atendimento de necessidades humanas (ou, pelo valor de uso) e a produção voltada para as necessidades de autorreprodução incontrolável do sistema do capital - orientada, sobretudo, pelo valor de troca, que passa, dessa forma, a subordinar o primeiro. Sendo assim, “as ‘necessidades historicamente criadas’, que substituem as naturais sob as pressões da produção generalizada de mercadorias, são extremamente problemáticas e devem por isso ser radicalmente questionadas” (Mészáros, 2002, p. 677).

Ocorre, então, o deslocamento radical da produção genuinamente orientada para o consumo destrutivo, que passa a ser, nos parâmetros do sistema estabelecido, equivalentes funcionais no processo de realização capitalista. O autor se utiliza do termo *linha de menor resistência* do capital, fundamental para garantir a incontrolabilidade de expansão do sistema. A linha de menor resistência se caracteriza a forma pela qual o sistema encontra um equivalente funcional sempre mais viável de manter sua configuração estrutural global, sem necessidade de alterações e rupturas com estratégias e práticas já bem estabelecidas.

Somente quando o curso correspondente à ‘linha de menor resistência’ for incapaz de atender por mais tempo aos requisitos do desenvolvimento capitalista, somente então são perseguidos os cursos alternativos, de modo a deslocar as contradições subjacentes. (Mészáros, 2002 p. 680)

Há que se ressaltar o predomínio da exploração da mais-valia relativa em relação à mais-valia absoluta, ainda que a contínua extorsão da mais-valia absoluta permaneça como um integrante fundamental do dinamismo da expansão. O conceito de mais-valia pode ser expresso como a riqueza excedente produzida pelo trabalhador, no processo de exploração da sua força de trabalho, que é apropriada pelo capitalista. Em Marx (1996) a extração da mais-valia absoluta está relacionada, de modo sintético, diretamente à extensão e intensificação da jornada de trabalho, que proporciona a sua extração. Já a mais-valia relativa compreende aspectos da realidade da produção e relaciona-se à estrutura dos meios de produção, das transformações técnicas na forma de produção e introdução de inovações tecnológicas.

O objetivo e o princípio orientador da produção se tornam: como assegurar a máxima expansão possível (e a correspondente lucratividade) na base de uma taxa de utilização mínima, que mantenha a continuidade da reprodução ampliada. (Mészáros, 2002, p. 685)

Outro aspecto a ser destacado na referência de Mészáros, é o processo de aperfeiçoamento dos Estados nacionais em administrar as crises, que são inevitáveis para o sistema. A crise é cumulativa, endêmica, crônica, própria das contradições que o sistema engendra. Assume uma dimensão estrutural.

As barreiras para a produção capitalista são, hoje, suplantadas pelo próprio capital de forma que asseguram inevitavelmente sua própria reprodução – em extensão já grande e em constante crescimento – como autorreprodução destrutiva, em oposição antagônica à produção genuína. (Mészáros, p. 699)

O autor aponta, ainda, uma característica preponderante do Estado na conformação do sistema sociometabólico do capital: este assume um papel intervencionista em todos os planos da vida social, promovendo o consumo destrutivo e a dissipação da riqueza social. Sem a sua intervenção torna-se impossível perpetuar a funcionalidade desse sistema.

Quanto mais aumentam a competição e a concorrência intercapitalistas, mais nefastas são suas consequências, das quais duas são particularmente graves: a destruição e/ou precarização, sem paralelos em toda a era moderna, da força humana que trabalha e a degradação crescente do meio ambiente, na relação metabólica entre homem, tecnologia e natureza, conduzida pela lógica societal subordinada aos parâmetros do capital e do sistema produtor de mercadorias. (Antunes, 2009, p. 28)

Assim, este sistema apresenta-se como “o primeiro na história que se constitui como totalizador irrecusável e irresistível, não importa quão repressiva tenha de ser a imposição de sua função totalizadora em qualquer momento e em qualquer lugar” (MESZÁROS, 2002, p. 97):

Na qualidade de modo específico de controle sociometabólico, o sistema do capital inevitavelmente também se articula e consolida como *estrutura de comando* singular. As oportunidades de vida dos indivíduos sob tal sistema são determinadas segundo o lugar em que os grupos sociais a que pertençam estejam realmente *situados na estrutura hierárquica de comando do capital*. Além do mais, dada a modalidade única de seu metabolismo socioeconômico, associada a seu caráter totalizador – sem paralelo em toda a história, até nossos dias –, estabelece-se uma correlação anteriormente inimaginável entre *economia e política*. (MESZÁROS, 2002, p. 98)

Meszáros (2005) trata da relação consubstancial entre a educação - que tem sua concepção redimensionada em seu sentido mais ampliado possível, como aspecto fundamental da vida humana – e a totalidade dos processos de produção e reprodução da vida social. O que Meszáros está a afirmar é o papel absolutamente vital da educação tanto para a manutenção daquilo que o autor define como *sistema sociometabólico do capital*, quanto para o processo de transformação social qualitativa. Nas palavras de Antunes (2010, p. 06),

Sob o *sistema sociometabólico do capital*, a educação tem o sentido de *internalização* dos parâmetros reprodutivos gerais do sistema, não devendo ser compreendida como restrita ao que ocorre em uma instituição formal de ensino, pois, embora o período de educação institucionalizada seja limitado a uns poucos anos, a dominação ideológica da sociedade prevalece por toda a vida dos indivíduos.

Há de se reconhecer que, diante da conformação societária própria desta fase de desenvolvimento, em nível mundial, os processos educativos, ou a instrução formal, tornou-se peça central no processo de acumulação e expansão capitalista fornecendo conhecimentos e capacitando força de trabalho para a maquinaria produtiva, além de atuar no sentido de garantir a transmissão de um conjunto de valores que legitimam e perpetuam os interesses das classes dominantes.

O desenvolvimento produtivo, socioeconômico e cultural das formações sociais resulta, portanto, da síntese permanente entre tais forças contraditórias: as forças produtivas e relações de produção que caracterizam o velho tornam-se obsoletas e são substituídas, numa composição complexa, à medida que relações sociais novas vão se constituindo e se adequando a novos patamares do desenvol-

vimento das forças produtivas e das relações de produção. (MINTO, 2014, p. 24)

Os processos educativos no Brasil, sobretudo a partir das décadas de 60 e 70 do século passado, de práticas sociais que se definiriam pela capacidade de imprimir e desenvolver conhecimentos, habilidades, concepções e valores articulados às necessidades e interesses dos diferentes grupos sociais, reduziram-se a um mero fator de produção, “capital humano”, teoria que disseminou-se rapidamente nos países de capitalismo periférico. Segundo Frigotto (1995, p. 30), “a educação e a formação humana terão como sujeito definidor as necessidades, as demandas do processo de acumulação do capital sob as diferentes formas históricas de sociabilidade que assumir”.

A universalidade que marca o processo de produção e reprodução do capital por meio de leis universais sob as quais desenvolvem as relações sociais de produção e suas determinações consequentes manifestas na relação Estado, mercado e sociedade se expressa, neste estudo, na singularidade da formação capitalista brasileira em seu momento mais atual. Logo, o esforço de síntese tomará a seguir, com objeto de análise particular, os novos desafios da educação superior no país a partir de 1980, que comandada pelos preceitos dos organismos internacionais redesenha seu projeto educacional com acentuada ênfase nos interesses de mercado (MINTO, 2014).

### **3 Particularidades e características da educação superior no Brasil**

Adquire acentuado destaque, neste contexto demarcado, a subordinada função social assumida pelos processos educativos a fim

de responder demandas estabelecidas pelo capital. Historicamente, a educação para os diferentes grupos sociais da classe trabalhadora direciona-se no sentido de habilitá-los social, técnica e ideologicamente (sobretudo) para o trabalho. Nesta perspectiva, afirma Frigotto (2000, p. 30):

A educação e a formação humana terão como sujeito definidor as necessidades, as demandas do processo de acumulação do capital sob as diferentes formas históricas de sociabilidade que assumir. Ou seja, reguladas e subordinadas pela esfera privada, e à sua reprodução.

Nesta direção, cumpre relevar o sentido global do desenvolvimento do modo de produção capitalista que responde, por sua vez, a duas orientações dialeticamente articuladas: uma *universalizadora*, que se estabelece dada a necessidade intrínseca do capital se expandir e de se concentrar em nível mundial, ultrapassando os espaços locais; outra, *particular*, que se determina pelas formas *singulares* pelas quais se materializa e se objetiva essa tendência universal, em experiências históricas concretas. Dessa forma, há que se compreender que a perspectiva da totalidade em Marx, diz respeito à análise da processualidade histórica, em sua lógica de desenvolvimento ininterrupta, a partir das condições concretas de cada momento histórico, bem como, ressaltar as diferenças que as formações sociais particulares guardam entre si. Nas palavras de Minto (2014, p. 22),

A universalidade do Modo de Produção Capitalista não é simplesmente o produto homogêneo dessa base material tendencialmente global do capital, mas as formas particulares (modos de ser) pelas

quais essa tendência universalizante se objetiva na vida concreta, nas experiências singulares.

Para Ciavatta (2014), é no campo da particularidade que se localizam as mediações, determinações sociais que partem da realidade e que permitem fazer o caminho do singular ao universal, não como objeto abstrato, mas sim, no exercício de concretização de suas múltiplas determinações e relações, como ser/agir histórico e social. O termo mediação refere-se a uma visão do objeto tomada em sua historicidade, na qual o a aproximação deve ser buscada nas suas determinações mais generalizantes, universais, bem como deve ser situada em um contexto histórico no espaço e tempo. Nas palavras de Lukács *apud* Ciavatta (2014, p. 216) “são as determinações histórico-sociais, o campo do particular, que permitem a apreensão de um objeto à luz das determinações mais gerais”.

Nesse sentido, amparamo-nos em Minto (2014), que ao analisar a particularidade histórica do desenvolvimento da educação superior no país, demarcou sua transformação em quatro grandes momentos, aos quais nos referiremos de modo sintético:

- 1) a base inicial do surgimento das universidades entre os anos 1920/30 – que se caracterizou pela agregação de antigos institutos superiores isolados, constituindo o que se denominou de universidade conglomerada;
- 2) uma segunda etapa de desenvolvimento se refere à consolidação e expansão destas instituições apoiada pelas classes dominantes e pelo Estado, numa perspectiva de inviabilizar modelos alternativos de universidade, dando corpo a uma instituição claramente elitista e apropriada pelos setores da pequena burguesia;

3) o terceiro momento ganha concretude no período pós-golpe militar de 1964. Nesta etapa pode-se ressaltar a mobilização de setores da classe trabalhadora por reformas de base em face a demanda social por ampliação do acesso ao ensino superior. A resposta do Estado a essa necessidade encaminha-se por meio de uma solução estritamente conservadora da questão, expressa na Reforma de 1968<sup>3</sup> inviabilizando a existência de uma universidade engajada no processo de transformação da realidade brasileira;

4) por fim, o quarto momento se caracteriza a partir dos novos desafios que se colocaram em pauta a partir de 1980 até os anos 2000, momento no qual assumem, em nível mundial, governos claramente identificados com a programática conservadora e neoliberal, o que se deu com o apoio dos organismos internacionais que construíram um conjunto de medidas e reformas a serem incorporadas pelos países de capitalismo periférico.

É coerente, portanto, considerar:

Além da reprodução, numa escala ampliada, das múltiplas habilidades sem as quais a atividade produtiva não poderia ser realizada, o complexo sistema educacional da sociedade é também responsável pela produção e reprodução da estrutura de valores dentro da qual os indivíduos definem seus próprios objetivos e fins específicos. As relações sociais de produção capitalistas não se perpetuam automaticamente. (MESZÁROS, 1981, p. 260)

---

<sup>3</sup> A chamada Reforma Universitária, instituída pela Lei nº 5.540, de 28/11/68, fixou normas de organização e funcionamento do ensino superior no país. Segundo Minto (2014), a reforma expressa um conjunto de medidas, postas em curso no sentido de dar uma resposta fundamentalmente conservadora à questão da educação superior e às demandas por acesso à universidade no Brasil.

Tem-se que, em sua conformação histórica mais recente no Brasil, para atender às exigências do Estado neoliberal e do mercado, a universidade alterou seus currículos, programas e atividades, priorizando a inserção profissional dos estudantes no mercado de trabalho, estabelecendo um hiato entre docência e pesquisa. Observa-se, mediante análise de Chauí (1999), que a nova universidade operacional é uma organização social preocupada com sua própria operacionalidade, estrutura de gestão e de arbitragem de contratos, além de estar voltada diretamente para o mercado de trabalho, diferenciando-se da universidade clássica, que estava voltada para a produção de conhecimento.

Considera-se que a posição da universidade na prestação de serviços carrega um caráter fortemente atrelado à ideia de autonomia universitária – reduzida a uma perspectiva de gestão de receitas e despesas e “autonomia” para criar parcerias com empresas privadas, de acordo com o contrato de gestão pelo qual o Estado estabelece indicadores de desempenho –, de modo que passam a fazer parte da gestão das universidades expressões como “qualidade universitária”, ‘avaliação universitária’ e ‘flexibilização da universidade’” (CHAUÍ, 1999, p. 01).

Este processo se dá justamente com a inserção do Brasil na lógica neoliberal, decorrente do processo da globalização vigente, regido pelos preceitos de liberalização econômica, desregulação financeira, alterações substantivas na legislação previdenciária e trabalhista.

Um dos principais atributos desta massificação capitalista refere-se ao contínuo processo de intensificação da privatização da esfera pública, priorizada pelos setores dirigentes por ser considerada fundamental para a modernização do Estado. Nessa perspectiva neo-

liberal é aprofundada a reformulação da gestão do desenvolvimento capitalista, e nesse contexto, a desigualdade é aceita como norma e, o desemprego, como contingência necessária ao desenvolvimento do capital, fatores que influem diretamente em todo o processo de organização social, determinando políticas e programas apropriados ao cenário natural de desigualdade, com o propósito máximo de amenizar as expressões da Questão Social. Nesse sentido,

O Banco Mundial, o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e agências da Organização das Nações Unidas (ONU), configuram-se como importantes interlocutores multilaterais da agenda brasileira. No campo educacional, esses interlocutores, particularmente o Banco Mundial, revigoram a sua atuação no país a partir da década de 1980 (DOURADO, 2002, p. 238).

A educação cumpre, pois, a função de imprimir nos indivíduos humanos os valores dominantes de uma dada sociedade; fala-se aqui das ideias que configuram e consagram o ideário da classe dominante. No sistema do capital, a educação prepara e produz um mercado de trabalho humano cordato e passivo, cuja esfera de atuação na vida pública almeja tão somente a participação circunscrita ao Estado político que se apresenta como representante dos interesses universais da sociedade. O Estado político é, por excelência, nos termos de Marx, o espaço de realização da liberdade humana que só existe por seu meio e pela política, enquanto o homem permanece submetido aos mesmos laços em sua vida social.

Nestes termos, a educação estabelece vínculos entre o indivíduo e o gênero humano, submetidos às necessidades de manutenção da ordem burguesa na sociedade do capital e no reino da política.

Por outro lado, pode a educação fornecer conhecimentos e valores revolucionários contributivos ao processo de superação da sociedade de classes e de seu corolário, o Estado político. Atuando como mecanismo de contra-internalização dos valores da classe dominante a educação transforma-se em educação para além do capital, cuja completude só se realiza numa sociedade para além do capital (MESZÁROS, 2008).

Os efeitos do economicismo na política educacional, reforçado pela ideologia conservadora se expressaram, negativamente, de várias formas: pelo dismantelamento da escola pública e reforço da educação como “negócio”; pelo dualismo que materializava uma quantidade e qualidade de serviços educacionais diversos para as classes trabalhadoras e classe dominante; pelo tecnicismo e fragmentação que diluíram e esmaeceram o processo de conhecimento; pela proletarianização do magistério público etc. (FRIGOTTO, 2000, p. 19).

## **Considerações finais**

Este estudo ocupou-se de refletir sobre a relação entre trabalho e educação superior no Brasil. Tratou-se do objeto estudado à luz da teoria crítica, que busca apreender a realidade a partir de sua processualidade histórica. Nos marcos do sistema de metabolismo social do capital e seu imperativo expansionista que coloca subordinada os processos educativos, a qualificação humana, em especial, a educação superior – e a universidade, por consequência – às leis do mercado e à sua adaptabilidade e funcionalidade.

Considerou-se, como recurso teórico-metodológico de explanação a categoria da particularidade, que permite analisar o fenô-

meno em questão em suas múltiplas determinações e mediações as quais possibilitam o trajeto do singular ao universal.

Há a constatação de que a educação superior no país submeteu-se às exigências de expansão incontroláveis do capital, no sentido de reduzir a potencialidade da instrução e dos processos educativos como um todo, à mera necessidade de reprodução de força de trabalho, subordinada aos interesses de reprodução das relações sociais dessa fase de desenvolvimento capitalista.

Por fim, nos utilizamos de Meszáros (2008), que nos instiga a não perder de vista a possibilidade da educação para além dos limites alienantes do capital: “Apenas a mais vasta concepção de educação nos pode ajudar a insistir no objetivo de uma mudança verdadeiramente radical, proporcionando alavancas que rompam com a lógica mistificadora do capital”.

## Referências

ANTUNES, Caio S. Trabalho, alienação e emancipação: a educação em Mészáros. (*Dissertação de Mestrado*). Campinas: Unicamp, Faculdade de Educação, 2010.

ANTUNES, Ricardo. *Os sentidos do Trabalho*. São Paulo: Boitempo, 2009.

CIAVATTA, Maria. O conhecimento histórico e o problema teórico-metodológico das mediações. In: CIAVATA, Maria, FRIGOTTO, Gaudêncio. (org) *Teoria e educação no labirinto do capital*. 2ª Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2014.

CHAUÍ, M. A. Universidade Operacional. *Folha de São Paulo*, 09 de maio de 1999. Caderno Mais!.

DOURADO, L. F. A Reforma do Estado e as Políticas para Educação Superior no Brasil nos anos 90. 2002. *Educ. Soc.*, Campinas, vol.23, n.80, setembro/2002, p. 234-252. Disponível em <<http://www.cedes.unicamp.br>>. Acesso em: 03/06/2015.

FRIGOTTO, Gaudêncio. As novas e velhas faces da crise do capital e o labirinto dos referenciais teóricos. In: CIAVATA, Maria, FRIGOTTO, Gaudêncio. (org) *Teoria e educação no labirinto do capital*. 2ª Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2014.

FRIGOTTO, Gaudêncio. *Educação e a crise do capitalismo real*. São Paulo: Cortez Editora, 2000.

LUKÁCS, Gyorgy. *O Trabalho*. 1986. Tradução de Ivo Tonet.

MARX, Karl. *O capital. Crítica da economia política*. Tomo 02. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1996.

MÉSZÁROS, István. *A educação para além do capital*. São Paulo: Boitempo, 2008.

\_\_\_\_\_. *Para além do capital*. São Paulo: Boitempo, 2002.

\_\_\_\_\_. *Marx: a teoria da alienação*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

MINTO, Lalo Watanabe. *A educação da miséria: particularidade capitalista e Educação Superior no Brasil*. São Paulo: Outras expressões, 2014.

NETTO, José Paulo. *Introdução ao estudo do método em Marx*. São Paulo: Expressão Popular, 2011.